



**Exame de Ordem OAB/MG - 1ª Etapa - 14.03.99
Prova Objetiva - Múltipla Escolha**

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

1. Quanto ao dever legal de prestar alimentos, é verdadeiro afirmar que:

- a) não há obrigação legal de prestar alimentos ao irmão;
- b) os filhos não estão obrigados a prestar alimentos aos pais;
- c) a pensão à mulher separada é fixada em 1/3 dos ganhos do ex-marido;
- d) os cônjuges separados judicialmente estão ambos obrigados à manutenção de seus filhos.

2. Assinale a afirmativa falsa:

- a) a taxa legal de juros moratórios é de 1% ao mês, segundo ao Código Civil;
- b) no silêncio do contrato, na obrigação alternativa, a escolha cabe ao devedor;
- c) a nulidade da obrigação principal importa a da cláusula penal;
- d) a cessão do crédito não vale em relação ao devedor, senão quando a este notificada.

3. Assinale a afirmativa verdadeira:

- a) posse em virtude de comodato, por mais de 20 anos, dá direito a usucapião;
- b) pelo contrato de mútuo, a propriedade da coisa transfere-se ao mutuário;
- c) cabe a denúncia vazia em contrato de locação residencial com prazo de 24 meses;
- d) a lei proíbe qualquer venda de bem do pai para o filho.

4. Assinale a afirmativa falsa:

- a) cabem embargos de declaração quando houver obscuridade na sentença;
- b) a liquidação por artigos segue, exclusivamente, o procedimento ordinário;
- c) na execução de obrigação de fazer, o devedor é citado para satisfazê-la no prazo que o Juiz assinar ou que estiver determinado no título;
- d) o arrolamento de bens é um procedimento cautelar específico.

5. Edmundo é citado para os termos de uma ação de alimentos postulada por seu neto Vicente. Edmundo pode utilizar vários argumentos em sua defesa, exceto:

- a) inexistência de qualquer obrigação alimentícia, pois Mário, filho de Edmundo e pai de Vicente, está morto e não há mais parentesco entre o Autor e Contestante;
- b) divisibilidade de obrigação, pois estão em condições de pagar alimentos tanto os avós maternos quanto os paternos;
- c) necessidade de ser demonstrada, pelo Autor, a incapacidade de seus genitores para pagar os alimentos;
- d) necessidade de ser demonstrada, pelo Autor, a sua incapacidade para prover, por seus próprios meios, seu sustento.

6. Diante de uma obrigação solidária passiva é incorreto afirmar que:

- a) a impossibilidade da prestação, por culpa de um dos devedores, impõe só a este a obrigação de pagar o equivalente;
- b) a solidariedade pode ser convencional;
- c) cada devedor responde pela integralidade da dívida;
- d) pagamento parcial, feito por um co-devedor, não o libera do débito remanescente.



7. Penhorado determinado bem, o executado interpõe embargos de devedor, alegando ser o objeto penhorado, bem de família. Os embargos só serão julgados procedentes se:

- a) a dívida resulta de direitos trabalhistas de empregados da fazenda do embargante;
- b) a dívida exequenda resulta de fiança locatícia;
- c) a dívida exequenda provem de pensão alimentícia;
- d) a dívida exequenda origina-se de imposto predial incidente sobre o prédio penhorado.

8. Assinale a alternativa errada.

Está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença:

- a) proferida contra a União Federal;
- b) proferida contra o Banco do Brasil S/A;
- c) que anular o casamento;
- d) proferida contra o Município.

9. Assinale a alternativa falsa.

A antecipação de tutela:

- a) pode ser concedida de ofício;
- b) é revogável;
- c) requer a existência de verossimilhança de alegação;
- d) refere-se à tutela pretendida, total ou parcialmente, no pedido inicial.

10. Assinale a alternativa incorreta.

Na ação possessória, incumbe ao autor provar:

- a) a sua posse;
- b) a turbação ou esbulho praticado pelo réu;
- c) a data da turbação ou esbulho;
- d) seu direito de propriedade, por certidão do registro imobiliário competente.

11. Assinale a alternativa correta.

O contrato de fiança:

- a) pode ser verbal;
- b) pode garantir uma obrigação nula;
- c) pode ser assinado, como fiador, apenas pelo marido, sem o consentimento da mulher;
- d) é de natureza acessória.

12. São direitos reais sobre coisas alheias, exceto:

- a) servidão;
- b) comodato;
- c) hipoteca;
- d) usufruto.

13. Assinale a alternativa falsa.



O ato jurídico é anulável (e não nulo):

- a) em virtude de simulação;
- b) em virtude de fraude contra credores;
- c) por incapacidade absoluta do agente;
- d) em virtude de coação.

DIREITO COMERCIAL

14. Adamastor Pimenta teve um veículo de sua propriedade indevidamente arrecadado pelo Síndico da Massa Falida da Motorshow Ltda. É que o veículo estava sendo reparado quando a falência da referida empresa foi decretada. No intuito de reaver seu veículo, o advogado do Sr. Adamastor Pimenta pode ajuizar, contra a Massa Falida:

- a) ação revocatória;
- b) habilitação de crédito;
- c) pedido de restituição;
- d) ação de repetição do indébito.

15. São características da nota promissória, exceto:

- a) incorporação;
- b) abstração;
- c) causalidade;
- d) literalidade.

16. São proibidos de exercer individualmente o comércio (assinale a alternativa errada):

- a) os magistrados;
- b) os funcionários públicos;
- c) as mulheres casadas;
- d) os falidos.

17. Em razão de suas finalidades ou por interesse público, não estão sujeitos à falência:

- a) os bancos e as seguradoras;
- b) o comerciante menor de 21 anos;
- c) a comerciante do sexo feminino;
- d) a mulher casada.

18. A falência não pode ser requerida:

- a) pelo próprio devedor comerciante;
- b) pelo sócio ou acionista da própria sociedade;
- c) pelo cônjuge sobrevivente;
- d) pelo Ministério Público.

19. É errado afirmar que na sociedade anônima:

- a) que o capital social é dividido em partes iguais;
- b) que a responsabilidade dos acionistas é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas;
- c) que a ação preferencial atribui, em relação à ação ordinária, privilégios ao seu titular;



- d) que o acionista controlador mesmo cometendo excessos, não se sujeita ao dever de indenizar.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

20. Aponte a afirmativa correta:

- a) extinta a punibilidade, subsiste, no entanto, a medida de segurança anteriormente imposta;
- b) a embriaguez jamais exclui ou atenua a imputabilidade penal;
- c) diz-se tentado o crime quando, iniciados os atos preparatórios ou de execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente;
- d) a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado, imputando-se, a quem os praticou, os fatos anteriores

21. Um bombeiro, em serviço de salva-vidas, deliberadamente deixa de socorrer uma vítima que na sua frente esteja se afogando, por ser incapaz de dominar seu próprio medo. O tipo penal que se amolda a conduta acima narrada é:

- a) omissão de socorro;
- b) abandono de incapaz;
- c) perigo para a vida ou saúde de outrem;
- d) prevaricação.

22. Renata, moça do interior, de família tradicional e conservadora, que lograra ocultar a todos a sua gravidez, está dando à luz a Adriano, fruto de relações ilegítimas. Após a completa expulsão de Adriano, desesperada com a sua desonra e extremamente perturbada pelo sofrimento físico do parto, Renata o mata. Renata praticou:

- a) aborto;
- b) infanticídio;
- c) homicídio simples;
- d) homicídio qualificado.

23. André, inimigo de Roberto, segurou-o pelo colarinho e sacudiu-o. Do fato resultaram arranhões insignificantes. O caso é de:

- a) lesão corporal leve;
- b) lesão corporal culposa;
- c) lesão corporal grave;
- d) maus tratos.

24. Em calúnia praticada em reunião de condomínio, na presença de todos os condôminos, a decadência do direito de queixa dá-se em:

- a) 6 (seis) meses;
- b) 4 (quatro) meses;
- c) 3 (três) meses;
- d) nenhuma das respostas anteriores.

25. Roberto, após acalorada discussão com Mauro, discussão que Roberto não provocara, entendendo erroneamente que seria vítima de disparo de arma de fogo por parte de Mauro - viu um objeto reluzente no paletó da vítima - saca do seu revólver e mata Mauro. Logo após, descobre que o objeto reluzente seria um pente de metal, e não um revólver. Roberto, na sua conduta, agiu acobertado por qual excludente de criminalidade:

- a) legítima defesa da honra;



- b) legítima defesa de terceiros;
- c) legítima defesa putativa;
- d) nenhuma das respostas anteriores.

26. Dentre as hipóteses abaixo relacionadas uma não constitui ato preparatório do crime de homicídio por representar já um início de execução. Assinale-a:

- a) aquisição da arma ou veneno;
- b) a procura do local propício;
- c) colocar veneno no alimento destinado à vítima
- d) fazer pontaria com arma de fogo.

27. São causas extintivas da punibilidade, exceto:

- a) prescrição;
- b) perempção;
- c) consentimento do ofendido;
- d) perdão judicial.

28. O exame de insanidade mental do acusado, quando necessário:

- a) é ordenado pelo Delegado de Polícia, na fase de inquérito policial;
- b) é ordenado pelo Ministério Público em qualquer fase do Inquérito policial;
- c) em qualquer fase do Inquérito policial ou do processo só pode ser ordenado pelo Juiz;
- d) a requerimento do defensor ou mediante requisição do Ministério Público, só é cabível antes do oferecimento de denúncia ou da queixa.

29. Com relação ao habeas corpus e seu processo, no primeiro grau jurisdicional, assinalar a afirmativa incorreta:

- a) o impetrante poderá requerer a ordem sem procuração do paciente;
- b) o menor de 21 anos, mas com 18 anos de idade, poderá impetrar a ordem pessoalmente, sem assistência de representante legal;
- c) a ordem poderá ser concedida de ofício;
- d) o Ministério Público terá, po exigência legal, vista dos autos antes da sentença.

30. Relativamente ao réu e seu defensor no processo penal, aplicam-se as regras abaixo, exceto uma, a ser assinalada:

- a) a constituição do defensor poderá ser feita sem procuração, mediante declaração oral por ocasião do interrogatório;
- b) o defensor do réu não poderá influenciar nas perguntas e nas respostas, quando do interrogatório;
- c) o réu não é obrigado a responder às perguntas que lhe forem formuladas;
- d) o réu menor de 21 anos de idade, se já emancipado, não tem direito a curador.

31. Não oferecendo o Ministério Público denúncia no prazo legal:

- a) ocorrerá decadência do direito de denunciar;
- b) o Juiz poderá nomear Promotor "ad hoc" para promover a ação penal;
- c) o ofendido poderá entrar com ação penal privada subsidiária;
- d) nenhuma das respostas.



32. Assinale a alternativa correta.

Com relação a transferência no artigo 469/CLT:

- a) ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato de trabalho, mesmo que tal fato não acarrete a mudança do domicílio do empregado;
- b) ao empregador é lícito transferir o empregado, cujo contrato contenha implícita ou explicitamente cláusula permitindo a transferência, sem comprovação da necessidade do serviço;
- c) empregado transferido por ato unilateral do empregador, para local diverso do que resultar do contrato de trabalho, mesmo que tal fato não acarrete a mudança de seu domicílio, tem direito ao adicional nunca inferior a 25% dos salários que percebia;
- d) devido é o adicional de transferência, tanto na transferência provisória quanto na definitiva.

33. Para efeito de equiparação salarial, é correto afirmar-se:

- a) em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego e não na função;
- b) ao menor de 18 anos, não se aplicam as regras do art. 461 da CLT;
- c) necessário, quando do ajuizamento da ação, que o equiparando e o paradigma ainda estejam a serviço do empregador;
- d) para efeito equiparação de salários, em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.

34. Assinale a alternativa correta:

- a) o aviso prévio só não integra o tempo de serviço se convertido em pagamento;
- b) o pedido de dispensa do cumprimento do aviso prévio exime o empregador de pagar o valor respectivo, uma vez que, nesse caso, considera-se implícita a renúncia do empregado ao mesmo;
- c) dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o prazo respectivo, não comportando reconsideração;
- d) se na vigência do aviso prévio ocorre reajuste salarial, o empregado faz jus à percepção de todas as verbas resilitórias com base nos valores reajustados, inclusive do aviso prévio.

35. Assinale a alternativa correta.

Ressalvada a condição de aprendiz, é proibido o trabalho ao menor de:

- a) 15 anos;
- b) 13 anos;
- c) 14 anos;
- d) 16 anos.

36. Assinale a afirmativa incorreta:

- a) em caso de dano causado por culpa do empregado, é lícito ao empregador ressarcir-se por meio de desconto no salário.
- b) na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente;
- c) a mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento das horas "in itinere";
- d) o salário é irredutível, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

37. A caracterização da relação de emprego:

- a) dispensa a personalidade na prestação dos serviços;
- b) é formal, requerendo ajuste expresso;
- c) dispensa forma especial;



d) nenhuma das resposta acima.

38. O horário noturno para trabalhador rural é o que compreende nos seguintes limites, à vista da atividade:

- a) entre 20:00 e 5:00 horas para qualquer atividade;
- b) entre 20:00 e 4:00 horas para a atividade pecuária;
- c) entre 21:00 e 5:00 horas para a atividade pecuária ;
- d) entre 22:00 e 5:00 horas para a atividade na lavoura.

39. Acordos Coletivos de Trabalho, previstos no artigo 7, XXVI da Constituição Federal:

- a) são celebrados entre o sindicato da categoria profissional e uma única empresa;
- b) são celebrados entre uma empresa e seus empregados, com ou sem assistência dos respectivos sindicatos;
- c) são aqueles, de caráter normativo, celebrados por um sindicato da categoria profissional com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica;
- d) são os celebrados entre os Sindicatos Patronais e os dos empregados correspondentes às categorias econômicas.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

40. Não tem personalidade jurídica de direito público a:

- a) autarquia administrativa;
- b) autarquia territorial;
- c) fundação pública;
- d) empresa pública.

41. O Estado cria uma pessoa jurídica de direito público, fruto de descentralização administrativa, para prestação de serviços públicos e vinculada a uma Secretaria Estadual.

Neste caso foi criado (criada):

- a) uma autarquia;
- b) uma empresa pública;
- c) uma entidade política;
- d) um órgão público.

42. Marque a alternativa correta.

O princípio da publicidade dos atos administrativos:

- a) não é aplicável aos atos da Administração Indireta;
- b) proíbe que o Estado se recuse a prestar aos administrados informações, mesmo sob o fundamento de que o sigilo seja imprescindível à segurança do Estado;
- c) aplica-se aos atos vinculados e aos atos discricionários da Administração;
- d) obriga à publicação, nos órgãos da imprensa oficial, da íntegra dos contratos administrativos.

43. Quanto à revogação dos atos administrativos, é incorreto afirmar:

- a) incide sobre atos administrativos válidos;
- b) pode ser decretada pela autoridade administrativa superior àquela da qual emanou o ato revogado;
- c) pode ser decretada pela autoridade judicial, no exercício da competência jurisdicional;



d) opera efeitos **ex nunc**, ou seja, a partir de sua decretação.

44. Quanto aos empregados das empresas estatais exploradoras de atividade econômica é incorreto afirmar:

- a) devem ser submetidos ao regime jurídico trabalhista;
- b) são estáveis após a investidura precedida de concurso público e a aprovação em estágio probatório de três anos;
- c) sujeitam-se à proibição de acumulação de cargos, empregos e funções públicas, salvo as exceções constitucionais;
- d) estão sujeitos às sentenças coletivas pertinentes, emanadas do poder normativo da Justiça do Trabalho.

45. Quanto ao desvio de poder, é correto afirmar:

- a) ocorre nos atos administrativos vinculados, mas não nos discricionários;
- b) ocorre nos atos administrativos de gestão, mas não nos de império;
- c) ocorre quando o agente público pratica ato administrativo visando a fim diverso do previsto em lei, ainda que este fim, no caso concreto, não seja de interesse particular do agente que o pratica;
- d) ocorre quando se pratica ato que não se inclui nas atribuições legais do agente que o praticou.

46. São modalidades de licitação, exceto:

- a) concurso;
- b) concorrência;
- c) coleta de preços;
- d) convite.

47. Marque a única alternativa correta:

- a) são órgãos do Poder Judiciário: o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, o Tribunal de Contas da União, o Superior Tribunal Militar e o Tribunal Superior Eleitoral;
- b) o Ministério Público Federal é a instituição que presta assistência judicial aos necessitados, no âmbito da Justiça Federal e, especificamente, aos necessitados do Distrito Federal e Territórios;
- c) todas as decisões, administrativas e judiciais, dos tribunais serão obrigatoriamente motivadas, exceto as decisões disciplinares, sujeitas ao segredo de justiça;
- d) a Advocacia-Geral da União é a instituição que, dentre outras, tem a função de prestar consultoria jurídica ao Poder Executivo da União Federal.

48. Marque a única alternativa correta:

- a) as terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, contudo, os direitos sobre elas estão sujeitos ao instituto da prescrição aquisitiva;
- b) a Constituição Federal veda, expressamente, a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo seu, cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995.
- c) os imóveis públicos não podem ser adquiridos por usucapião, exceto quando o imóvel público, tendo área não superior a cinquenta hectares, venha a ser ocupado por prazo superior a 05 (cinco) anos ininterruptos, e desde que a pessoa, não sendo proprietária de outro imóvel urbano ou rural, o possua como seu, tornando-o produtivo por seu trabalho ou de sua família e tenha nele sua moradia;
- d) ao Poder Judiciário é assegurada apenas a autonomia administrativa, não possuindo autonomia financeira.

49. Marque a única alternativa correta:

- a) as ações declaratórias de constitucionalidade e as ações diretas de inconstitucionalidade podem ser propostas, dentre outros, pelo Presidente da República, pelo Conselho Federal da OAB, por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- b) em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido;



- c) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, só produzirão eficácia contra todos, após a ratificação pelo Senado Federal;
- d) ao Superior Tribunal de Justiça compete julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida julgar válida lei federal ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.

50. Marque a única alternativa correta:

- a) todos os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, EXCETO, os pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- b) o Servidor Público tem direito a se aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, sempre ao completar 70 anos de idade;
- c) o Servidor Público tem direito de se aposentar por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de serviço, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;
- d) a Constituição Federal veda o trabalho de menor de 18 anos, exceto na qualidade de aprendiz.

DIREITO TRIBUTÁRIO

51. Imposto é o tributo que tem por fato gerador:

- a) a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição;
- b) uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte;
- c) o exercício regular do poder de polícia;
- d) a valorização imobiliária decorrente de obra pública.

52. A União pode instituir impostos extraordinários:

- a) em caso de calamidade pública;
- b) para financiar investimentos públicos de caráter urgente e de relevante interesse nacional;
- c) sempre que for necessário, assim entendendo o Presidente da República;
- d) no caso de guerra externa, suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

53. Assinale a única opção correta.

Cabe à lei complementar federal:

- a) fixar as alíquotas máximas do imposto municipal incidente sobre serviços de qualquer natureza;
- b) disciplinar as limitações constitucionais, criando e extinguindo imunidades
- c) conceder isenção de tributo estadual ou municipal;
- d) fixar, nas operações interestaduais, as alíquotas do imposto estadual sobre operações de circulação de mercadoria e serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS)

54. Todas as afirmativas abaixo estão incorretas, exceto:

- a) o sujeito passivo da obrigação tributária diz-se responsável quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
- b) somente a União, os Estados e os Municípios podem ser sujeitos ativos da obrigação tributária;
- c) a atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional;
- d) nos casos de lançamentos de ofício, o sujeito passivo antecipa o pagamento do tributo sem prévio exame da autoridade administrativa.



55. Em decorrência de inundação em determinada região do Estado, a lei pode autorizar a extinção do crédito tributário mediante:

- a) remissão;
- b) concessão de moratória;
- c) reconhecimento da prescrição;
- d) isenção.

DIREITO INTERNACIONAL

56. “É certo ... que as políticas monetárias adotadas ... [pelos Estados] têm profunda influência sobre as trocas internacionais. Se um Estado desvaloriza a própria moeda relativamente à moeda de um outro país, consegue tornar mais caras as mercadorias daquele país e relativamente mais baratas as suas, de tal sorte a incrementar a exportação destas e a desestimular a importação daquelas. “ (FONSECA, João Bosco Leopoldina da. In. CORRÊA LIMA , Sérgio Mourão. Tratados internacionais no Brasil e Integração. São Paulo, Ltr, 1998, p.101)

Considerando a afirmativa acima transcrita e os efeitos da integração monetária europeia no contexto internacional atual, é errado afirmar:

- a) o processo de integração monetária no âmbito da União Europeia prevê uma moeda única e um Banco Central comum aos Estados-membros;
- b) o lançamento do Euro contribui para afastar a hegemonia do Dólar no cenário internacional;
- c) a desvalorização do Real frente ao Euro e ao Dólar enfraquece as exportações brasileiras e estimula as importações para o Brasil;
- d) a implementação da moeda única afasta, entre os países que adotaram o Euro, a competição comercial desleal fundada em políticas de desvalorização da moeda.

57. Sobre a arbitragem, é correto afirmar:

- a) em arbitragem comercial internacional realizada no Brasil, somente se admite a utilização de direito material brasileiro;
- b) no processo de homologação de laudo arbitral “estrangeiro” no Brasil, o Supremo Tribunal Federal poderá não só analisar os aspectos formais, mas também modificar o mérito da decisão do(s) árbitro(s);
- c) aos Juízes Federais compete processar e julgar a execução de laudo arbitral “estrangeiro”, depois de homologado pelo Supremo Tribunal Federal;
- d) o Protocolo de Brasília, que prevê a arbitragem como mecanismo de solução de controvérsias no Mercosul, se aplica a conflitos decorrentes de contratos comerciais celebrados entre empresas argentinas, brasileiras, uruguaias e paraguaias.

ESTATUTO DA OAB / CÓDIGO DE ÉTICA

58. Assinale a alternativa correta.

Considerando-se o sigilo profissional do advogado, a quebra do mesmo poderá ocorrer quando:

- a) houver intimação da autoridade pública para depoimentos judiciais ou não;
- b) o próprio cliente fizer por escrito citações nesse sentido ao advogado;
- c) o advogado tiver que depor como testemunha, apenas em causa onde tenha atendido;
- d) nenhuma das hipóteses anteriores autoriza a quebra do sigilo profissional.

59. Assinale a alternativa correta:



Para o advogado anunciar os seus serviços profissionais, o Código de Ética e Disciplina da OAB, autoriza:

- a) propaganda, desde que produzidas por agências especializadas, para o rádio, TV e jornais;
- b) remessa de correspondência à coletividade em geral;
- c) inserção de seu nome em anúncio com outras atividades de que participe;
- d) anúncio moderado sob a forma de discreta informação em jornais e revistas.

60. Assinale a alternativa correta.

Os prazos para manifestações dos advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são:

- a) de quinze dias para todos os interessados, em todos os processos;
- b) de cinco dias para os advogados e de quinze dias para os demais;
- c) de dez dias para os advogados e de quinze para os demais;
- d) de dez dias para todos os interessados, em todos os processos.

**GABARITO
PROVA OBJETIVA - EXAME DE ORDEM**

01 – D	11 – D	21 – A	31 – C	41 – A	51 – B
02 – A	12 – B	22 – B	32 – A	42 – C	52 – D
03 – B	13 – C	23 – A	33 – D	43 – C	53 – A
04 – B	14 – C	24 – A	34 – D	44 – B	54 – C
05 – A	15 – C	25 – C	35 – D	45 – C	55 – A
06 – A	16 – C	26 – D	36 – A	46 – C	56 – C
07 – A	17 – A	27 – C	37 – C	47 – D	57 – C
08 – B	18 – D	28 – C	38 – B	48 – B	58 – D
09 – A	19 – D	29 – D	39 – C	49 – D	59 – D
10 – D	20 – B	30 – D	40 – D	50 – C	60 – A

BOA SORTE!